

# MIGRAÇÕES DE TRAVESTIS PARAIBANAS PARA EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO NA ITÁLIA: ENFRENTANDO E SUPERANDO PRECONCEITOS

Desenvolvimento de Pesquisa em Curso

Grupo de Trabalho 11 - Gênero, desigualdades e cidadania

Ms. Michelle Barbosa Agnoleti  
Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa (PPGS/UFPB)

## Resumo

O presente trabalho tenciona analisar como travestis se reformulam subjetiva e socialmente no deslocamento entre as fronteiras de um mundo cada vez mais globalizado, entre corpos cada vez mais plásticos e gêneros cada vez mais fluidos. Pretende-se confrontar suas vivências e percepções com normas e políticas atinentes ao tráfico de pessoas, no Brasil, verificando como os discursos oficiais no Brasil se articulam com estratégias de controle migratório na Europa, conjugando xenofobia, racismo e homofobia de modo a contribuir com a marginalização e criminalização de travestis brasileiras inseridas no comércio sexual do Velho Continente. Pretende-se, a partir da análise de entrevistas com 8 travestis paraibanas, discutir tais ações, de modo a assegurar a tais cidadãs não apenas proteção, mas também liberdade e respeito.

**Palavras-chaves:** travestis; prostituição; tráfico de pessoas.

O trabalho ora apresentado propõe uma observação de aspectos da migração Brasil-

Itália empreendida por travestis paraibanas para exercício da prostituição, e a constatação da existência ou não de vínculo entre tal empreitada e o delito de tráfico de pessoas, tipificado no art. 231 do Código Penal Pátrio, e objeto do Protocolo de Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (mais conhecido como Protocolo de Palermo), aditado à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, ratificados pelo Brasil em março de 2004.

De início, cumpre verificar que a prostituição se apresenta a muitas travestis não apenas como meio de obter dinheiro para satisfação de necessidades básicas, mas também como um modo de viabilizar a expressão de uma feminilidade que elas plasmam em si, traduzida na manifestação de desejos e identidades que não se coadunam com os ditames da heteronormatividade, a qual preconiza um padrão comportamental e estético baseado em uma leitura superficial de seus corpos. Essas experiências adquiridas “na batalha” costumam ser marcadas por uma trajetória de aceitação, experimentação, aprendizado dessa sexualidade diversa (tanto no sentido das transformações ligadas à identidade de gênero autopercebida quanto do exercício da prostituição como trabalho), reconhecimento de uma referência positiva refletida em outras travestis mais velhas, estabelecimento de uma interação, e, portanto, de uma relação de pertencimento ao universo *trans*. Exercer a prostituição na Itália lhes confere status, pelo capital material e simbólico que agrega, marcando um distanciamento da discriminação e da marginalização experimentadas no Brasil. A olho nu, em aeroportos, locais de expedição de passaportes e em redes sociais, tal fenômeno migratório é bastante

perceptível; a despeito disso, é forçoso constatar que pouco se tem discutido institucionalmente sobre o assunto quando se tratam de travestis. O foco de atuação das diversas entidades envolvidas no combate ao tráfico de pessoas e assistência a imigrantes são crianças e mulheres. Nos últimos anos, a migração de travestis tem se tornado objeto de atenção por parte da mídia e do Poder Público, mas, como apontam Blanchette e Silva (2011, p.86), “tais histórias nunca entram em detalhes sobre a situação de exclusão social das travestis em nosso país, tratando-as exatamente como se fossem mulheres.” Essa igualdade de tratamento não reflete necessariamente respeito à identidade de gênero feminina por elas assumida, mas negação de suas vulnerabilidades específicas, como as formas peculiares de exclusão e preconceito voltadas contra elas.

Nos países que formam a União Europeia, há um repúdio crescente a migrantes oriundos de países periféricos, clandestinos em sua maioria, e um controle fronteiriço cada vez mais forte. Somando-se o recorte da prostituição e da travestilidade, à xenofobia se juntam o moralismo, o machismo e a transfobia, além da imputação de envolvimento com o crime organizado transnacional, dando vazão às mais diversas formas de discriminação e exclusão social.

Muitos documentos foram editados ao longo do séc. XX por organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, visando normatizar a repressão ao tráfico de pessoas; o mais recente, o Protocolo de Palermo, determina medidas a serem tomadas pelos signatários para o combate a essa atividade. Já em seu título, esse documento enfatiza a necessidade de proteção de mulheres e crianças, sem conter em seu texto qualquer alusão à orientação sexual e/ou identidade de gênero. Excluem-se travestis não só das abordagens sobre o tráfico, mas também dos discursos convencionais sobre a prostituição, porque o conceito de mulher com o qual lida o discurso hegemônico é o genético. A incoerência das exclusões geralmente é justificada pelos argumentos de que são poucos os casos, ou de que são situações diferentes. Não são poucos os casos, e a alegada diferença não encontra respaldo na realidade, visto que todos os aspectos de prazer e sofrimento possíveis no trabalho sexual independem das distinções de gênero. (AGUSTÍN: 2005, p. 7).

Pretende-se aqui avaliar a validade de que a inserção de travestis paraibanas na indústria italiana do sexo seja tratada como expressão inequívoca do delito de tráfico internacional de pessoas, justificando assim restrições às migrações como forma de proteção e ingerências em seus projetos de realização pessoal e profissional; cuida também de avaliar, sob a ótica dos Direitos Humanos, a legitimidade das ações dos governos brasileiro e italiano que se apresentam como estratégias de combate à criminalidade, e os reflexos dos deslocamentos geográficos Brasil-Itália de prostitutas travestis nos dois pólos migratórios, com destaque para as políticas destinadas ao controle de profissionais do sexo e imigrantes.

Aproximar-me das travestis fez com que pudesse desconstruir mitos que as cercam, estreitar laços, ter acesso às suas histórias nos mais variados espaços – de trabalho, de lazer, de sociabilidade, de prazer, de luta. Algumas delas dividiram comigo suas subjetividades na ocasião em que redigia a dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas, que versa sobre organização social e política das travestis. Tendo conhecido outras tantas quando estas requeriam passaportes, estabeleci contatos, confirmados em redes sociais, - a exemplo do Orkut, em um primeiro momento, e do Facebook, mais utilizado atualmente - e que, oportunamente, foram acionados, tanto por elas quanto por mim; elas me telefonavam quando eram inadmitidas / deportadas, quando perdiam documentos, quando precisavam de orientação acerca dos procedimentos para solicitação de um novo passaporte, no Brasil ou no exterior, e orientavam colegas para me procurarem. Embora pudessem ser atendidas por qualquer outro servidor, afirmavam que preferiam alguém que não as chamasse pelos seus nomes oficiais<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Resgato aqui reflexão registrada na dissertação: “A invocação do nome masculino costuma ser tolerada apenas no núcleo familiar mais restrito (pai, mãe, irmãos e/ou avós), e às vezes nem mesmo no ambiente doméstico, evidenciando que o que nelas é socialmente marcado como oficial não reflete suas subjetividades. Mesmo nas situações que demandam alguma formalidade, como a assinatura de documentos (RG, passaporte, o próprio TCLE) ou o atendimento em determinados

Mais que e-mails, telefonemas, perfis sociais, comentários, impressões, informações, trocávamos miçangas. Pelas fotos postadas, era perceptível o quanto a experiência europeia as orientava na busca de aprimoramento estético, do refinamento, do luxo enquanto signos do capital material e simbólico acumulado. Por ocasião da submissão do projeto à banca de seleção, a proposta era de realizar as entrevistas à distância com travestis que já tivessem migrado, através desses perfis e programas de comunicação instantânea disponibilizados na internet; ciente de que essa não era a melhor forma de comunicação para coleta dos dados, alinhava-me a Patrício (2008, p.70) na opinião de que seria ingenuidade recusar a “verdade possível” – embora não fosse o ideal, era o que tinha ao alcance, e não poderia ser descartado. As entrevistas a serem realizadas pessoalmente seriam feitas com travestis que tivessem retornado ao Brasil, em caráter temporário ou definitivo.

Entretanto, o desenrolar da pesquisa fez com que me desse conta da insuficiência dessas vias de aproximação. Nesse ínterim, foram publicadas na imprensa paraibana diversas reportagens sobre uma rede que contemplava a Paraíba na rota do tráfico internacional de pessoas, constituída por travestis oriundas de cidades localizadas nas regiões do brejo e litoral norte do estado, e que estaria sob investigação policial. Integrar o corpo funcional do DPF afigurou-se então por outro prisma: eu era então a “amapôa<sup>2</sup> da Federal”, suscitando em muitas o receio de a investigação por mim empreendida não tinha caráter acadêmico, mas se destinava à instrução do inquérito, o que poderia atrapalhar seus planos de viagem. Busquei então dissipar dúvidas, apresentando documentos que comprovassem minha condição de estudante de doutorado e de agente administrativo, destacando que o cargo por mim exercido não integrava a carreira policial, e que, portanto, inquiri-las para incriminá-las não estava entre minhas atribuições. Se para algumas, a explicação era satisfatória, outras ainda demonstravam temor, denotando o que sintetiza Bauman (2009, p.16): “Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana.”. Essa desconfiança fez com que buscasse outras formas de aproximação, e a ida à Europa se mostrou a melhor delas – afinal, poderia verificar, *in loco*, as condições em que viviam, estar com elas, vivenciar seus cotidianos, sem me limitar ao que elas escolhiam exibir nas fotos postadas em redes sociais - geralmente momentos festivos, com demonstrações explícitas de sucesso, prestígio e fruição de bens materiais.

Dentre as pessoas que conheci desde que comecei a atuar no Setor de Expedição de Passaportes, algumas se destacaram pela simpatia e solicitude; dentre estas, destaco Juno e Concordia, que, sondadas para participação na pesquisa, dispuseram-se a não só colaborar concedendo entrevistas, como também me hospedar quando eu quisesse “dar um giro” pela Itália. Após cerca de cinco anos decorridos desde essa aproximação inicial, a proposta foi reafirmada por meio de contatos através do Facebook e por telefone. Agradei e recusei a hospedagem, mas não a mediação de contatos, já que Juno havia me dito que, na cidade onde estavam atualmente, havia outras travestis paraibanas que poderiam se dispor a conversar comigo sobre suas experiências de imigração.

Empreendi a viagem com recursos próprios, durante período de férias laborais, sem um visto específico para estudos, como de resto sem quaisquer certezas ou garantias, e isso me permitiu que, guardadas as devidas proporções, eu vivenciasse algumas angústias e riscos pelas quais elas passam, como o medo do desconhecido, a incerteza da admissão, – eu poderia ser deportada- o ingresso em outro país cuja língua eu desconhecia.

De fato, diversas situações para as quais eu não estava preparada se sucederam, mas consegui finalmente chegar ao meu destino. Lá, fui apresentada a outras travestis, além das que já conhecia

---

serviços, elas escrevem de forma resignada o nome de registro, mas, curiosamente, recusam-se a pronunciar-lo para se referirem a si mesmas no tempo presente, e experimentam uma aflição bastante perceptível quando são por eles chamadas - às vezes, reagem de forma agressiva, principalmente quando sentem alguma intenção de deboche.” (AGNOLETTI: 2010, p.35)

<sup>2</sup> “Mulher” em bajubá ou pajubá, jargão utilizado pelas travestis, derivado do iorubá-nagô.

pessoalmente, e pude constatar que o cotidiano delas em nada se assemelhava às narrativas de sofrimento das histórias recorrentes sobre tráfico de pessoas, que envolviam violência, coação, fraude, engano, dívidas impagáveis, retenção de documentos, restrição de liberdade de locomoção.

Muitas das migrações empreendidas de países em desenvolvimento para países desenvolvidos ocorrem pela busca de oportunidades de auferição de renda, e malogram o controle político exercido sobre mercados de trabalho, aos estrangeiros sendo exigido um visto específico, obtido antes do ingresso no país através de uma série de procedimentos burocráticos, com contrato firmado previamente, sendo necessário apenas a efetivação do registro desse contrato no órgão competente para gerir as relações de trabalho. O prolongamento de sua estadia só pode ser legitimado pela necessidade de sua mão de obra, de acordo com Canclini (2007, p.110), “A condição de trabalhador, ao contrário, é aquela que revela de maneira mais radical o que significa ser estrangeiro. É também aquela em que o trabalho é considerado mais seriamente como um valor.” Sua presença se justifica pelo trabalho conforme a conveniência das sociedades que o recebe (SAYAD: 1998, p.52). Nesse mesmo sentido, pontua Kristeva (1994, p.25):

O estrangeiro é aquele que trabalha. Enquanto os nativos do mundo civilizado, dos países adiantados, acham o labor vulgar e assumem os ares aristocráticos da desenvoltura e do capricho (quando podem...), você reconhecerá o estrangeiro pelo fato de que ele *ainda* considera o trabalho como um valor. Certamente uma necessidade vital, o único meio da sua sobrevivência, que ele não coroa necessariamente de glória, mas reivindica simplesmente como um direito básico, grau zero da dignidade. Ainda que alguns, uma vez satisfeito o mínimo, também sintam uma felicidade aguda em se afirmarem no trabalho e pelo trabalho: como se *fosse ele* a terra eleita, a única fonte de sucesso possível e sobretudo, a qualidade pessoal inalterável, intransferível, mas transportável para além das fronteiras e da propriedade.

Entretanto, a maior parte dos trabalhadores oriundos de países em desenvolvimento, como o Brasil, ingressa em países europeus na condição de turista (aos quais em geral é negado o exercício de atividade remunerada)<sup>3</sup>, lá permanecendo por tempo superior ao legalmente permitido, em situação duplamente clandestina, sem garantias ou benefícios assegurados ao empregado em condições regulares “por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato” (SAYAD: 1998, p.45). Agustín (2007, p. 27) pontua:

Para vir à Europa, as pessoas têm basicamente duas opções: entrar como turista ou viajante temporário, com um visto apropriado, ou com uma oferta de emprego e contratos de trabalho oficiais nas mãos. Sendo este último difícil de obter, muitas pessoas ingressam com um visto de turista, cujos termos elas estão preparadas para violar simplesmente por permanecerem.

No caso específico das travestis entrevistadas, a essa dupla clandestinidade, derivada da ausência de um visto específico para o trabalho e de geralmente excederem o prazo regulamentar concedido ao turista, também se acresce a vivência na prostituição, trabalho marginalizado em sociedades moralmente conservadoras como a italiana.

O exercício da prostituição na Itália não é criminalizado, apenas a sua exploração por terceiros e o tráfico de pessoas. Em 1958, após cerca de dez anos de debates públicos, foi aprovada lei proposta

---

<sup>3</sup> Todas as informantes dessa pesquisa cumpriram esse roteiro

pela primeira senadora italiana, Angelina Merlin, que determinava o fechamento de bordéis<sup>4</sup>. Cinquenta anos depois, em 2008, outra mulher encampa a luta contra a prostituição: Mara Carfagna, Ministra da Igualdade de Oportunidades junto ao governo do então *premier* Silvio Berlusconi, propõe um projeto de lei que, contrariamente ao que defendia Lina Merlin, pune profissionais do sexo e clientes com multa de €200 a €3 mil, e detenção de até 15 dias pela oferta e procura de serviços sexuais em locais públicos ou abertos ao público, o que provocou grande polêmica entre grupos de defesa de profissionais do sexo e imigrantes, apreensão de que o confinamento facilitasse a exploração e a violência sexual, além de uma série de desqualificações de cunho moral contra a ministra, ex-modelo, finalista do concurso Miss Itália em 1997<sup>5</sup>, e, segundo acusação feita à imprensa no curso de um rumoroso e conturbado processo de divórcio por Veronica Lario, ex-esposa do primeiro ministro à época, foi alçada ao poder e é manipulada por ele, famoso por ser galanteador, envolver-se em escândalos sexuais (inclusive com adolescentes) e arregimentar belas mulheres como auxiliares políticas<sup>6</sup>.

Embora o Projeto de Lei não tenha logrado êxito em criminalizar a prostituição de rua, seus efeitos podem ser sentidos na delegação de competência, do governo federal para as autoridades locais, para criar leis sobre segurança, na medida em que várias normas foram editadas com o propósito de coibir o comércio sexual em lugares públicos, recrudescendo a fiscalização. Também o decreto lei nº 92/2008 tratou de mudar o estatuto da permanência clandestina, que antes era mera infração administrativa e passou a ser tipificada no Código Penal Italiano como crime, sendo a pessoa nessa condição passível de encarceramento. Somados aos revezes da rua, - tais como violência homo/transfóbica, condições climáticas adversas, acirramento de disputas por espaço, etc. - os riscos de abordagem policial e de recolhimento aos *centri di accoglienza*<sup>7</sup>, estruturas destinadas ao acolhimento de imigrantes pelo período necessário à definição dos procedimentos administrativos relativos à posição dos mesmos no território nacional, fizeram com que várias travestis passassem a preferir trabalhar através de anúncios em classificados eróticos, telefone e internet, atendendo os clientes em suas residências. Elas relatam que, por um lado, o serviço executado nessas condições é melhor remunerado (atualmente o programa “básico” em casa custa €70, contra os €30 do programa de rua, podendo sofrer variações em função das práticas negociadas e do tempo), por outro, restringe a quantidade de programas – Venus também acrescenta que prefere o trabalho na rua, “porque, pelo telefone, eles fazem muita pergunta, e tem que ter muita paciência.” Das 8 travestis entrevistadas nesta pesquisa, apenas ela, beneficiária de asilo humanitário, nunca foi detida; Ceres, mesmo tendo o

<sup>4</sup> Um histórico da tramitação da chamada “Lei Merlin” pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico:  
<<http://cinquantamila.corriere.it/storyTellerThread.php?threadId=leggemerlin>>

<sup>5</sup> Em um dos debates, Mara Carfagna disse sentir “horror por quem vende seu corpo” ao que Carla Corso, uma militante profissional do sexo retrucou, afirmando que a ministra também trabalhava com o corpo, e o tinha usado para aceder a cargo – “a senhora usou seu corpo para chegar aonde chegou, fazendo calendários. Basta abrir a internet para ver a sua graça”.  
<[http://www.corriere.it/politica/08\\_settembre\\_11/consiglio\\_ministri\\_approva\\_ddl\\_carfagna\\_c5968e8a-7fd6-11dd-9f6f-00144f02aabc.shtml](http://www.corriere.it/politica/08_settembre_11/consiglio_ministri_approva_ddl_carfagna_c5968e8a-7fd6-11dd-9f6f-00144f02aabc.shtml)>

<sup>6</sup> O jornal espanhol *El Pais* publicou em 2008 uma reportagem sobre as “ministras de passarela”, mais famosas pela beleza e juventude do que pela experiência política:  
[http://elpais.com/diario/2008/05/21/agenda/1211320802\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2008/05/21/agenda/1211320802_850215.html)

<sup>7</sup> Apolo, antigo vizinho e amigo de algumas das travestis entrevistadas, descreveu o *centro di accoglienza* como “uma casa, tipo um presídio, fechado, que ali você tem um quarto, cada um tem um quarto, tem comida, só não pode sair dali. Estuda, tem área de lazer, prática de esportes,... é tipo uma FEBEM [Fundação do Bem Estar do Menor, antiga denominação de centros de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei] daqui, só que não se pode dizer a mesma coisa, porque lá é mais estruturado, primeiro mundo, eles têm mais cuidado com limpeza, com organização, com tudo, não tem excesso de pessoas... (...) Eles ganham cartão telefônico, pra uma vez por semana ligar,... (...) Tem a parte masculina, a parte feminina e a parte dos travestis, não é junto, não (risos)... eles não colocam junto por causa da prostituição em si, porque se não, haveria muita bagunça. Por exemplo, se colocar um travesti junto com um monte de marroquino, uma mulher,... não, eles colocam separado, tem as alas... (...) Ai eles dão roupa, creme dental, sabonete, toalha,... (...) Só pode ficar lá até três meses. Se não conseguirem deportar, eles são obrigados a soltar.”

*permesso di soggiorno*, ficou detida por cerca de oito horas no dia em que esqueceu o documento comprobatório da regularidade de seu *status* migratório em casa, tendo sido liberada na troca de turno da delegacia. Seguem abaixo algumas narrativas desses episódios de prisão:

Pesquisadora: Você já foi presa alguma vez?

Minerva: Já.

Pesquisadora: Porque?

Minerva: Documento. Eu tava trabalhando na rua, e ele veio fardado e me levou.

Pesquisadora: Quanto tempo você passou presa?

Minerva: Eu passei 3 dias e na outra vez eu passei 5 dias.

(...)

Pesquisadora: E como foi que você saiu?

Minerva: Porque tem o tempo certo que você tem que ficar, quando eles veem que você não quer ser repatriada, eles te dão o visto e você vai embora. Eles perguntam se você quer ser repatriada pro Brasil, aí você assina, mas como eu não queria ir eu preferi ficar, aí a data que ele tinha me dado para eu ficar, eu fiquei.

Diana: Já [fui presa], porque eu não tinha documento, aí eles me levaram e eu fiquei 24 horas detida, e depois me deram uma folha de expulsão de 7 dias.(...)

Pesquisadora: E como te trataram?

Diana: Bruto, um momento muito ruim, com ignorância, eles são muito ignorantes aqui e começavam a falar, como se diz, com muita crítica: “Ah, ali tem um veado, ali tem um travesti”, e começavam a rir... foi um momento assim, que eu me senti como se fosse um animal dentro de uma jaula.

Tellus: Eu já fui presa na rua, em Roma, trabalhando, duas vezes.

Pesquisadora: Foi pelo fato de você estar “na rua” ou pelo fato de você estar sem documento?

Tellus: Foi pelo fato de tá fazendo a prostituição na rua.

Pesquisadora: Lá é proibido?

Tellus: Não, tem umas leis que querem que você só trabalhe em casa, e não na rua. Aqui também tem essa lei. Por isso que quando eles chegam perto da gente, a gente diz logo: “ah, se eu não vir pra cá como é que eu como, como eu faço pra viver?” Tem uns que têm pena, e têm uns que são bem severos, como o da semana passada, que parou a gente e ele não deixou nem eu falar, super ignorante, e tem uns como ontem, que antes de me parar, parou pra minha amiga, e ela: “não fiz nem €10 ainda!” Aí eles ficam com pena de você, porque pra os italianos a gente é pobre no Brasil, eles pensam que a gente vive passando fome. Eu tenho muita raiva de alguns homens que eu saí que dizem: “Ah, a economia do Brasil hoje tá bem”. Aí eu digo: “Olhe não é que o Brasil é pobre, o Brasil é rico, tem a pobreza, tem a favela, mas não é que no Brasil o povo vive passando fome, não é como vocês pensam”. Porque eles pensam que no Brasil todo mundo passa fome, tem a pobreza, mas não é só isso e é isso que eu explico. Porque é assim, quando você vê uma bicha de favela, você conhece, e quando vê que já é um pouco “de família”... Porque você vê Ceres e você vê que tem um aspecto bom, vê Juno e percebe que é de família, Concordia

também, mas se você vê certos veados, você vê que é de favela, de morro, de delinquência e aqui tem muitas que, se você for na rua dar um giro, você vai ver que é de favela. Como tem umas bichas que você vai em Roma e em Viareggio, e você vê que é uma bicha bem baixa, que não sabe nem falar, que não teve nem estudo. Aí quer dizer, aquilo ali dá uma imagem feia pro Brasil. Porque eu vejo que tem lugares que eu chego, como na discoteca que as bichas me adoram e até me ligam: “Tellus tu pegou a mesa?” Ai você vê que os homens, os meus amigos da discoteca me ligam, deixam mensagem: “Sábado você vem? Posso reservar a mesa?” Várias discotecas me chamam porque eles veem que é uma bela imagem, que é uma *bella figura*<sup>8</sup>, mas se eu transmitisse uma negatividade, eles nem me ligavam e não queriam nem eu lá, porque eles são abusados, os italianos.

Pesquisadora: Quanto tempo você ficou presa?

Tellus: Não, tipo assim, quando eles pegam você na rua, eles te pegam às 7 da noite e depois te soltam. É só pra fazer um controle, aí pegam as suas digitais, faz uma folha de expulsão do país, e na época essa folha de expulsão valia 8 dias<sup>9</sup>. Só que ninguém vai embora. É como o advogado explica, essa é uma lei que nunca vingou. Mas tem uma que foi presa em *Milano*, porque agora tem uma lei que se você for presa pela segunda vez, você tem que ficar presa 6 meses. Aí quer dizer que agora tá mais severo, que se você for pega, já era. Que se você for pega pela segunda vez, você fica presa 6 meses, e antigamente não tinha isso. Eu fui pega 9 anos atrás, eu tinha 3 anos na Itália na época em que eu fui pega, mas também nesse momento eu sou limpa, porque eu contratei um advogado e limpei meu nome.

Fortuna: Já, já, [fui presa] por conta do documento. E não era da policia que eu corria pra não ser pega outra vez.

Pesquisadora: E quanto tempo você passou presa? Ficou no *centro di accoglienza*?

Fortuna: Foi, passei uns 45 dias no *centro di accoglienza*.

Pesquisadora: E você saiu como, alguém foi tirar você de lá?

Fortuna: Não, não, deu o prazo, que era até 70 dias... aí mandaram eu voltar pro Brasil, aí eu: “vou nada, deixa eu arrancar mais dinheiro deles!”

Juno: Já fui presa, passei uns dois dias, mas fui liberada no dia seguinte. A última vez que eu fui presa, fiquei presa por 3 dias e o juiz foi dar a sentença porque me deixava presa, mas ele alegou que me liberava não porque eu era *trans*, e sim porque eu não tinha documento, vivia clandestinamente e não tinha dupla nacionalidade, e resolveu me liberar.

Pesquisadora: Como foi que você saiu?

Juno: Saí depois da sentença do juiz, aí me mandaram pra outra delegacia de imigração e esperei em torno de 6 a 4 horas, e de tardezinha, eles me liberaram.

Pesquisadora: Você se sentiu discriminada?

Juno: E muito! Me senti um peixe fora d’água pelo fato de você ser *trans* e tá ali montada, dentro do fórum, cheio de advogados, de pessoas, você sobe e

<sup>8</sup> N.A.: Fazer “*bella figura*” significa causar boa impressão, o oposto de fazer “*brutta figura*”.

<sup>9</sup> Mesmo prazo concedido no Brasil entre o procedimento de autuação, multa e notificação para deixar o país e o procedimento de deportação propriamente dito.

desce acompanhada por policial. Às vezes te levam pra uma delegacia normal, depois te levam pra uma delegacia de imigração, no meio da rua. (...) Aí aconteceu isso no meio da rua, ligavam a sirene e as pessoas ficavam olhando você no meio da rua maquiada, com frio, porque isso acontece mais no frio, aí você se sente um peixe fora d'água.

Pesquisadora: Mas te trataram mal?

Juno: Não, assim, de uma parte porque eu me senti estranha, mas na parte do juiz, ele foi muito educado, trouxeram tradutores, porque às vezes você fica tão nervosa de frente pro juiz que não consegue nem falar italiano, aí o tradutor vai lá pra ficar traduzindo pra você (...) A ignorância é mais no momento que te abordam, que você tenta fugir e pegam no teu cabelo, às vezes te derrubam com o cassetete (...)

Pesquisadora: Mas em que situação você foi pega?

Juno: Assim, de repente um cara chegou e já disse: “*polizia, polizia*” e pegaram no meu braço e mostraram o documento. Ainda tentaram pegar outra e ela fugiu, aí meteram o cassetete na perna de uma e ela caiu, chegaram a machucar, levaram pro médico, mas depois que cuidaram, levaram. Você só vai pro juiz a segunda vez, a primeira vez eles liberam, aí na segunda você já vai pro juiz.

Concordia: Eu já fui presa logo quando cheguei, umas quatro vezes, duas em Viareggio, uma em Roma e uma em Peruggia.

Pesquisadora: Por quê?

Concordia: Porque trabalhava na rua, trabalhava com programa, aí a policia passava e você era estrangeiro, e documento, não tinha, aí eles levavam.

Pesquisadora: Quanto tempo você passou presa em cada uma dessas ocasiões?

Concordia: A primeira vez foi rápida, só uma vez que passei 2 dias em Roma.

Pesquisadora: Como foi que você saiu?

Concordia: Saí normal, porque quando passa 2 dias, você não pode mais ficar detido. Ou eles te mandam pro setor de *accoglienza* ou pro Brasil, aí me soltaram.

Pesquisadora: Você já foi alguma vez pro *centro di accoglienza*?

Concordia: Quando fui pega em Peruggia, mas só passei 2 dias porque coloquei um advogado e disse que tinha problema de saúde e saí.

Além dos *centri di accoglienza*, existem ainda os *centri d'identificazione ed espulsione*, estrutura assim denominada pelo Decreto Lei 92, de 23 de maio de 2008, destinada ao tratamento do imigrante irregular pelo tempo necessário para que as forças de ordem executem o procedimento de expulsão do país. Tais instituições são temidas, tanto tratamento dispensado pelos seus agentes às *trans*, marcado pelo desdém e deboche, mas muito mais por representarem para elas uma possibilidade concreta de serem deportadas. Quando são deportadas ou inadmitidas, elas em geral ficam no Brasil apenas durante o tempo necessário para providenciar o documento de viagem para retornar, já que geralmente possuem os recursos financeiros necessários para o retorno guardado em contas correntes no Brasil e em *postepays*, cartões pré-pagos recarregáveis comercializados pelas agências de correios italianas, que permitem a realização de saques em qualquer terminal bancário com a bandeira da administradora de cartões neles consignada. Quando eventualmente não têm o dinheiro guardado, fazem programas em grandes cidades, que têm um comércio sexual mais movimentado, com o intuito de custear as despesas com a documentação e novas passagens ou pedem empréstimos, que elas fazem questão de pagar com a maior brevidade possível, sem prejuízo de suas subsistências. No caso



específico das entrevistadas, as que contraíram dívidas para viajar fizeram absoluta questão de quitá-las na maior brevidade possível por um sentimento de dever e honestidade, e relataram que recusas de pagamento não são sancionadas com ameaças e atos contra a integridade das inadimplentes ou de seus familiares, mas com uma qualificação negativa (“pilantra”) que dificulta que obtenham novo empréstimo junto a outras travestis, caso dele necessite.

Se a dinâmica do mercado sexual exige que elas sejam vistas e desejadas à noite, à luz do dia, as colaboradoras da pesquisa também almejam uma certa invisibilidade, por serem brasileiras, travestis e prostitutas, algumas em situação clandestina – fatores de exclusão que, muitas vezes, são combinados no imaginário coletivo dos italianos, segundo Venus<sup>10</sup>. Entretanto, quando Juno e Minerva me levaram ao Centro Comercial para que eu pudesse comprar um *chip* de uma operadora de telefonia celular local, entramos em várias lojas – de lingerie, de joias, de maquiagem – e elas chamavam a minha atenção para o tratamento que recebíamos, igual ao dispensado aos outros clientes, e foi inevitável recordar a estranheza e deboche com o qual éramos, eu e amigas travestis, acintosa e, muitas vezes, literalmente apontadas, quando atravessávamos os corredores de *shopping centers* em João Pessoa. A esse respeito, resgato reflexão registrada na dissertação de mestrado (AGNOLETI: 2010, pp.96-7):

É recorrente nas falas de algumas travestis a associação entre cidadania e o pagamento de impostos, ou inserção em um determinado mercado consumidor, em uma concepção de direitos de cunho claramente liberal e individualista; ao mesmo tempo em que equipara as travestis às pessoas heterossexuais pelo aspecto do cumprimento de obrigações formais como legitimador do acesso a produtos e serviços, esse tipo de discurso gera exclusões de pessoas que não conseguem se integrar ao mercado de trabalho em razão da aparência transformada (realidade que persiste entre muitas travestis), e, conseqüentemente, não têm renda para desfrutar das benesses de um mercado de alto padrão, o *gay friendly*, sofisticado, elitizado e caro, movimentado pelo *pink money*, reforçando desigualdades sociais. Curioso constatar que, muitas vezes, pagar não basta: é preciso se adequar a convenções descaracterizadoras, ser discreto – algo que uma travesti, com sua marca de exuberância e exotismo, dificilmente conseguirá ser, independentemente de como se comporte, seja *delicada* ou *barraqueira*, para situar em termos que elas próprias usam para se referirem a si e às *outras*.

Cumpra aqui destacar que, apesar de reivindicarem visibilidade, enquanto representatividade na formulação de políticas públicas e acesso a direitos, não chamar a atenção, não ser apontada como *freak*, anormal (Foucault: 2002), é também um desejo legítimo – conforme a travesti Alcyone, “Passar e ser apontado é uma violência, é uma agressão. Você passar numa calçada, todo mundo sair de dentro de casa, dizendo ‘olha lá, é um travesti’. A gente não é um bicho, isso é uma violência!”.

Simmel (2005) propõe que a metrópole provoca uma *intensificação da vida nervosa* (p. 577), fundamento sobre o qual se elevavam os tipos de individualidade característicos desses lugares, e isso se dá em virtude da velocidade com que a vida aí se desenvolve, da exposição contínua a novos e diferenciados estímulos, da fugacidade das relações que nela se estabelecem, da intensa mobilidade que propicia, da diversidade a que se está sujeito (variedades da vida econômica, social e profissional); o sujeito aprende a forjar defesas contra o desenraizamento de modo a conservar a personalidade, como o

<sup>10</sup> De acordo com Venus, “(...) eles ligam brasileira a prostituição, quando eles veem uma brasileira sempre acham [que é prostituta]”.

caráter *blasé* e a estilização dos comportamentos [particularização qualitativa para se fazer percebido no círculo social (p.587)], intensificando a consciência e reagindo ao turbilhão que o envolve, não com o sentimento, mas com o entendimento, o qual é mais adaptável a mudanças e pressões da cidade grande. Para as travestis, essa marca de distinção se dá quando elas se apropriam e introjetam a condição de “europeia”, posição privilegiada na hierarquia *trans*, onde tal experiência é valorizada pela possibilidade de apreender novos códigos de conduta, ampliar o leque de práticas eróticas, travar contato com uma cultura mais refinada, uma língua diferente, marcando um distanciamento da marginalização experimentadas no Brasil. Apesar da solidão – o extremo da liberdade, de acordo com Kristeva (1994, p.19-20) - e dos revezes enfrentados em cidades como Florença, Milão e Roma, da sensação de abandono, da incerteza diante da imensidão da vida nas grandes cidades, das crises de identidade e da premência de firmar posições e marcar território para não serem engolidas pela multidão, é nelas que as travestis vislumbram realização – para muitas, o lugar de origem costuma ser hostil, e o anonimato nos grandes centros urbanos lhes parece mais seguro; ademais, geralmente, para elas a ideia de proteção se revela na distância físico-geográfica da violência percebida no lar. Eventuais riscos nessa empreitada são calculados em uma relação custo x benefício, relativizados, ponderados como aceitáveis ou suportáveis na busca de uma vida melhor, e, uma vez superados, conferem-lhe-ão experiência e maturidade imprescindíveis para trabalhar e sobreviver na noite. Tedesco (2007, p.65), analisando o lugar e o papel da cidade na obra de Simmel, assim dispõe:

A cidade, a grande cidade, é seu ponto de apoio na visualização dos fenômenos modernos. Um elemento, entre muitos que o mesmo analisou, condensa o dinamismo e a força transformadora e inovadora do mundo, de seus meios, de seus produtos e de suas tendências, é a exposição, principalmente aquela com características universais que no período já se faziam acontecer. As mesmas socializam espaços, usos, tendências e culturas objetivas, reúnem o máximo de quantidade de mercadorias, expressão da quantidade da especialização e da divisão do trabalho, das trocas de emoções, de diferenciações, de desejos, de simulação e diversão de vontade de consumo (olhar e não comprar), da presença do fugidio (substituição), do transitório que transmite a ilusão da atração e do permanente, da diversão do olhar, da excitação, da diversidade, da incapacidade da memória em não guardar tudo pela variabilidade, pela condensação, pela vitrine das coisas.

A metrópole é o local da economia monetária por excelência, no qual o dinheiro se tornou a medida de tudo, nivelando pessoas e valores (SIMMEL, 1987). O dinheiro para Simmel tem papel fundamental nessa concepção urbana, posto que reduz relações a trocas e cálculos de vantagens e estratégias, gerando reserva, indiferença, desconfiança e massificação de subjetividades que confinam o sujeito no interior de si, induzindo assim ao individualismo. Mais que simples meio de troca, o dinheiro é o símbolo dessa tendência de redução de pessoas a números.

Como síntese das relações de reciprocidade entre os atores sociais nela alocados, a cidade grande dá forma impessoal a esses contatos, que podem gerar interações conflituosas, o que, de acordo com o autor, não é necessariamente negativo, ao contrário: para o autor, o conflito tem mesmo uma função no interior das sociedades, posto que elas são forjadas através tanto da sociação quanto pela disputa, e o conflito então tem a função de equilibrar os polos de tensionamento, mediando consensos nas mais variadas formas de sociação; para o autor (SIMMEL, 2005, p.589),

A função das cidades grandes é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois [tipos de individualismo – independência

individual e formação do modo pessoal e específico], na medida em que as suas condições particulares se nos revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambas.

Nesse ínterim, as relações engendradas são marcadas pela efemeridade de contatos. Para imprimir uma marca nessas condições, destacar o próprio papel no seio da totalidade, é necessário ressaltar a peculiaridade e a particularização.

Na Europa, as travestis vivem a plenitude da condição acima mostrada, o glamour com que sonham e sentimento de não-pertença que experimentam, não apenas ao território geográfico, mas também ao ambiente social (SIMMEL: 1983, p. 184), o que possibilita repensar a própria identidade. A esse respeito, Garcia pontua que “A identidade é construída num processo dinâmico de interação com a vida, os outros e o mundo. Ao migrar, nos deparamos com relações novas, novos outros e mundo novo, isso cria as condições para realizar uma revolução identitária”. (2008, p.224). Durante os contatos iniciais com as informantes desse trabalho, observou-se que, em razão do preconceito sofrido no Brasil, elas buscavam na Europa não a afirmação de uma identidade cultural, mas integração na cultura local, e as entrevistas ratificaram tal impressão. Na mensagem transcrita à epígrafe do presente capítulo, Juno recomendava que me precavesse contra estrangeiros, sendo ela própria uma, e a razão da advertência ficou melhor compreendida posteriormente: aqueles aos quais ela se referia eram albaneses, marroquinos, zingaros (ciganos), os quais geralmente não abdicam de signos particulares<sup>11</sup>, notadamente aqueles determinados por crença ou religião, e, por isso, são mais facilmente distinguíveis, rejeitando a descaracterização e a despersonalização impostas pelos mecanismos de assimilação à cultura ocidental, além de geralmente apresentarem características físicas que os identificam com a região de origem. Seguem abaixo transcritos alguns exemplos dessa rejeição a imigrantes de outras nacionalidades:

Concordia: Hoje eu vejo o Brasil de outra forma, não tem aquele amor que antes tinha pelo Brasil, porque as pessoas são mais preconceituosas, tudo no Brasil pra travesti é mais difícil, mesmo que seja na prostituição. Porque no Brasil você vê várias na rua serem mortas e aqui você não vê isso com as *trans* na rua, claro que pode haver isso, mas não é como no Brasil, (...) o percentual é zero, quase... muito difícil, e geralmente quando acontece, é morta por outro estrangeiro e não por um italiano,... por outro estrangeiro ou por envolvimento com drogas.

Juno: Um estrangeiro tentou me roubar e eu reagi, aí ele abriu a porta do carro e me jogou. Eu passei mais de 15 dias com os quadris e as costas toda arranhada, e a cabeça... Foi uma violência muito... Não foi uma violência normal, foi uma gravidade aquilo!

Ceres: Eu só saio com italiano, não saio com estrangeiro. (...) Essas pessoas marroquinas, albanesas, são uma raça...! Não sei se você conhece, mas é uma raça um pouco agressiva, aí eu prefiro não ir com eles. Eu invento uma desculpa e nunca vou. Teve uma amiga que foi e aconteceu, foi roubada, sempre acontece uma coisa assim com essas pessoas.

<sup>11</sup> Verificados especialmente no exercício de práticas culturais e/ou religiosas peculiares, indumentária e uso de acessórios característicos, tais como túnicas, burcas, véus, *niqabs*, turbantes, quipás, etc.

Minerva: Quando eu cheguei, que era acompanhante, não sabia falar nada, eu fui agredida no carro do cliente e ele tomou a minha bolsa, mas apanhei pouco, foi à única violência que eu... Só, foi a única vez, a única. Graças a Deus que eu nunca mais passei por isso. Quando eu conheço que o cliente não presta, eu conheço raça, conheço pelo cabelo, que é logo drogado. Quando eu vejo que é assim eu não entro [no carro do cliente], é melhor prevenir, né?

Pesquisadora: Qual o cliente que você acha que é mais problemático?

Minerva: Acho o estrangeiro, como marroquino, albanês, só...

[Em ocasião anterior à entrevista, ela também menciona os ciganos]

Apolo: existe muuuuuuuita clandestinidade na Europa, muita, muita, muita, marroquino, tunisino, albanês, romeno, africano, (...) E o índice de marginalidade dessas pessoas que vão pra lá é muito alto, muito, muito alto... e a questão do tráfico de drogas também... porque lá, o tráfico é feito por marroquino, aquele pessoal que vem da África... é por isso que eles procuraram, da clandestinidade pegar mais essas pessoas, que tão roubando, que tão fazendo esse tipo de coisa. Mas aí de vez em quando eles têm que, como é que se diz, partir pro lado da prostituição, porque a prostituição lá não é permitida, mas também não é crime. Aí de vez em quando eles fazem aquela redata, mandam pro *centro di accoglienza*, deportam algumas,...

Pelos relatos acima, percebe-se que as colaboradoras deste trabalho projetam nas pessoas de outras nacionalidades o estigma do não-pertencimento, a culpa pelas restrições políticas à migrantes, bem como pelas acusações de desordem e prática de crimes, e se recusam a fazer programas com homens não-europeus, por considerarem-nos violentos e desonestos - como bem observa Kristeva, “Não é porque se é estrangeiro que não se tem, igualmente, o seu próprio estrangeiro” (1994, p.31).

Atualmente na Itália há todo um esforço – inclusive em termos legislativos - no sentido de integrar estrangeiros para um melhor controle; isso inclui projetos de lei com medidas positivas, como o 3831/2010, que propõe o ensino, subvencionado pelo governo, em eventual parceria com organizações do terceiro setor, da língua, cultura italiana e educação cívica aos imigrantes que demandarem o *permesso di soggiorno*, sendo possível, através do aproveitamento, ser abreviado o tempo requerido para concessão do documento; mas há também medidas restritivas, como o Projeto de Lei 627/2008, que prevê a proibição do uso do véu islâmico, *burqa* e *niqab* em ambientes públicos, e afeta sobretudo estrangeiros. O presidente da Itália, Giorgio Napolitano, já deu declarações celebrando a contribuição que a mão de obra estrangeira tem dado ao desenvolvimento da Itália, reforçando a necessidade desta, mas rechaçou a presença de imigrantes ilegais e clandestinos – afirmou que eles precisam ser instados a se adaptarem aos valores da Itália, com respeito aos princípios e as regras fixados na Constituição e nas leis, introjetando os valores próprios da Europa e de seus países membros<sup>12</sup>.

## Referências

AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Travestis**: percursos e percalços para a conquista da cidadania. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. João Pessoa: UFPB, 2010.

<sup>12</sup> [http://www.stranieriinitalia.it/attualita-napolitano\\_abbiamo\\_bisogno\\_degli\\_immigrati\\_13410.html](http://www.stranieriinitalia.it/attualita-napolitano_abbiamo_bisogno_degli_immigrati_13410.html)

AGUSTÍN, Laura María. *Cruzafronteras atrevidas: otra visión de las mujeres migrantes*. In: **Mujeres extranjeras en prisión**. María Jesús Miranda (org.). Madrid: Universidad Complutense, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sex at the margins: migration, labour markets and the rescue industry*. London: Zed Books, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

\_\_\_\_\_. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. **Medo e confiança na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BRASIL. **Decreto nº. 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

GARCIA, Loreley. **Entremundos: histórias de mulheres transnacionais**. João Pessoa: EdUFPB, 2006.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No Truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras**. Tese de Doutorado em Antropologia. Recife: UFPE, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou Os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SILVA, Ana Paula da. BLANCHETTE, Thadeus Gregory. O mito de Maria, uma traficada exemplar: confrontando leituras mitológicas do tráfico com as experiências de migrantes brasileiros, trabalhadores do sexo In: **Revista Internacional de Mobilidade Humana**. Brasília, Ano XIX, Nº 37, jul./dez. 2011

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: **Mana**: Rio de Janeiro, v. 11, nº 2, Out/2005.

\_\_\_\_\_. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *Philosophie de l'argent*. Paris: PUF, 1987.

\_\_\_\_\_. O Estrangeiro In: **Simmel: Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho (org.) Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 34. São Paulo: Ática, 1983.

TEDESCO, João Carlos. Georg Simmel e as ambigüidades da modernidade. In: **Ciências Sociais Unisinos**. Vol./ano 43(1), Jan/Abr 2007.